

PERÍODO REGENCIAL (1831 - 1840)

ANTECEDENTES

- ▶ O Governo de D. Pedro I foi marcado por escândalos.
- ▶ Fechamento da Constituinte de 1823 e outorga da Constituição de 1824.
- ▶ Crise econômica.
- ▶ Acusação de favorecimento de Portugueses.
- ▶ D. Pedro I abdicou em nome de seu filho D. Pedro II.
 - D. Pedro II ainda era uma criança.
 - Parte das elites regionais há muito estava descontente com a centralização política no Rio de Janeiro.

Principais desafios e disputas do período

- ▶ Centralização X Descentralização política.
- ▶ Enormes desafios para tentar evitar a fragmentação do território brasileiro.
- ▶ Turbulências políticas e inúmeras revoltas.

Os principais grupos políticos do início do Período Regencial

- ▶ **Liberais Moderados:** Defendiam o modelo monárquico, com maior controle direto do país por parte das elites.
- ▶ **Liberais Exaltados:** Desejavam ampliar enormemente a autonomia das províncias, enfraquecendo a centralização do poder pelo Rio de Janeiro. Alguns membros (não todos) nutriam sentimentos republicanos.
- ▶ **Restauradores:** Defendiam a volta de D. Pedro I ao país e a restauração do modelo que existia antes da Abdicação.

As Regências

- ▶ **1. Regência Trina Provisória (1831).**
 - Durou poucos meses.
 - Restituição do Ministério dos Brasileiros.
 - Anistia aos presos políticos.
- ▶ **2. Regência Trina Permanente (1831 - 1835).**
 - Predominância dos Liberais Moderados.
 - A Lei Feijó ("Lei para inglês ver", 1831).
 - Criação da Guarda Nacional.
 - Enfraquecimento do Exército.
 - O Ato Adicional de 1834.
 - Aumentava a autonomia local.
 - Instituiu as Assembleias Legislativas Provinciais.
 - Fez com que as próximas regências fossem unas.



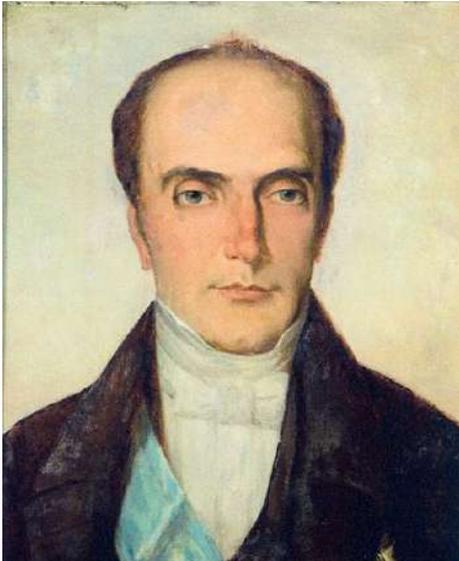
Batalhão da Guarda Nacional - Oficina litográfica Brito & Braga (c. 1850).

▶ **3. Regência Una do Padre Diogo Feijó (1835 - 1837).**

- Foi acusado de autoritarismo.
- Em seu governo, eclodiram inúmeras revoltas.
- Renunciou em 1837.

▶ **4. Regência Una de Araújo Lima, o Marquês de Olinda (1837 - 1840).**

- Araújo Lima era um conservador de perfil moderado.
 - O “Regresso Conservador”.
- Criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).
- A Lei Interpretativa do Ato Adicional.
 - Na prática, suspendeu o Ato Adicional de 1834.
 - O poder voltou a ser centralizado no Rio de Janeiro.



Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda (c.1835).



D. Pedro II adolescente - Félix Taunay (1837).

TEXTOS AUXILIARES

Proclamação ao Povo Sobre a Maioridade

“Brasileiros!

A assembleia geral legislativa do Brasil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intelectual de S.M.I., o senhor D. Pedro II, [...] reconhecendo igualmente os males inerentes a governos excepcionais, e presenciando o desejo unânime do povo desta capital; convencida de que com este desejo está de acordo o de todo o império, para conferir-se ao mesmo Augusto Senhor o exercício dos poderes que pela Constituição lhe competem; houve por bem, por tão poderosos motivos, declará-lo em maioria, para o efeito de entrar imediatamente no pleno exercício desses poderes, como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”.

O Golpe da Maioridade

▶ **O Clube da Maioridade.**

- Articulou o apoio na Câmara e no Senado.
- Incentivou manifestações populares em defesa da Maioridade.

▶ **O Golpe da Maioridade.**

- Os Liberais apresentaram um projeto de lei para a declaração da maioria.
- Para aumentar a pressão, eles convenceram o próprio D. Pedro II a aceitar o projeto.

Aldo Janotti sobre a Revolta dos Farrapos

“[...] o grande temor pelo rompimento da unidade do Brasil atingiu o seu grau máximo. Foi ela, indubitavelmente, não só a mais longa como também a mais séria de todas as sedições que conheceu o Império brasileiro. Seriedade que se evidenciou, particularmente, naquele que acreditamos ter sido o momento crítico da história nacional, ou seja, o período da Regência”.

Juramento de Diogo Feijó em 1835

“Juro manter a religião católica apostólica romana, a integridade e a indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a constituição da nação brasileira e mais leis do Império, e prover ao bem geral do Estado quanto em mim couber. Juro fidelidade ao senhor D. Pedro II, e de entregar o governo a quem pela constituição competir.

[...]

Brasileiros! Os poderes políticos do Estado são delegações vossas: cumpre respeitar a vossa mesma obra. Sem veneração às leis, sem respeito e obediência às autoridades públicas, não pode subsistir a sociedade; [...] Reuni-vos portanto em torno do governo e coadjuvai-o nos esforços que há de empregar para consolidar a vossa felicidade e a glória da pátria”.

Anotações

